

Otra Economía

Revista Latinoamericana de economía social y solidaria

Otra Economía - Volumen IV - Nº 7 – 2º semestre/ 2010

ISSN 1851-4715



Otra Economía [online] - Volumen IV - Nº 7 – 2º semestre/ 2010 - ISSN 1851-4715. Disponible en: <http://www.riless.org/otraeconomia>

185 p.; 29 x 21 cm.

1. Autogestión; 2. Economía Social y Solidaria; 3. Cooperativas; 4. América Latina; 5. Marco legal.

Publicada por:

Red Latinoamericana de Investigadores de Economía Social y Solidaria (RILESS)



**Ilustraciones:
Edilson Rocha.
Brasil.**

Artista Plástico e
Escritor, Edilson
Rocha é daquelas
pessoas simples, sem
malícia no olhar,
sorridente e
confiante. Natural de

Beberibe, pequena cidade do litoral
cearense, desde criança sonhou em
viver na cidade grande.

divilima@yahoo.com.br

<http://galeriaedrocha.blogspot.com/>

Usted es libre de: copiar, distribuir, exhibir, y ejecutar la obra bajo las siguientes condiciones:

1. Reconocimiento. Debe reconocer los créditos de la obra de la manera especificada por el autor o el licenciador (pero no de una manera que sugiera que tiene su apoyo o apoyan el uso que hace de su obra).

2. No comercial. No puede utilizarse esta obra para fines comerciales.

3. Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar o generar una obra derivada a partir de esta obra.

Ante cualquier reutilización o distribución, usted debe dejar claro a los otros los términos de la licencia de esta obra.

Cualquiera de estas condiciones puede dispensarse si usted obtiene permiso del titular de los derechos de autor.

Nada en esta licencia menoscaba o restringe los derechos morales del autor.

Consejo Científico:

Boaventura de Souza Santos (Portugal)

Enrique Dussel (México)

Jean-Louis Laville (Francia)

José Luis Coraggio (Argentina)

Luiz Inácio Gaiger (Brasil)

Marília Veronese (Brasil)

Paul Singer (Brasil)

Directores:

José Luis Coraggio (Argentina)

Luiz Inácio Gaiger (Brasil)

Equipo Editorial:

Andressa Correa (Brasil)

Carolina Barnes (Argentina)

Federico Zuberger (Argentina)

Gonzalo Vázquez (Argentina)

Letícia Cristina B Barbosa (Coord.) (Brasil)

Natalia García (Argentina)

Sandra Milena Muñoz (Colombia)

Diseño y diagramación:

Letícia Cristina Bizarro Barbosa (Brasil)

Cuerpo de referís:

Aida Quintar (Argentina)

Antonio Cattani (Brasil)

Antonio Elizalde (Chile)

Armando de Melo Lisboa (Brasil)

Carola Conde Bonfil (México)

Claudia Danani (Argentina)

Daniela Soldano (Argentina)

David Barkin (México)

Euclides André Mance (Brasil)

Fabio Sánchez (Brasil)

Fernando Kleiman (Brasil)

Gabriela Domecq (Argentina)

Gabriel Fajn (Argentina)

Griselda Verbecke (Argentina)

Gustavo Cimadevilla (Argentina)

Hans Benno Asseburg (Brasil)

Henrique Tahan Novaes (Brasil)

Lia Tiriba (Brasil)

Maria Adela Plasencia (Argentina)

María Arcelia González Butrón (México)

Mario Elgue (Argentina)

Mirta Vuotto (Argentina)

Pablo Guerra (Uruguay)

Patricio Narodowski (Argentina)

Paulo Albuquerque (Brasil)

Raúl Fernández Wagner (Argentina)

Ricardo Diéguez (Argentina)

Ruth Muñoz (Argentina)

Ana Mercedes Sarria Icaza (Brasil)

Susana Hintze (Argentina)

INDICE

<u>PRESENTACIÓN.....</u>	<u>4</u>
<u>ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA: CONTRIBUCIONES TEÓRICAS.....</u>	<u>7</u>
José Ricardo Tauile: contribuições para a Economia Solidária Manuela Salau Brasil y Francisco Salau Brasil (Brasil)	8
<u>ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA: EXPERIENCIAS Y SUJETOS</u>	<u>25</u>
Los procesos organizativos de la agricultura familiar y la creación de ferias y mercados de economía social Luis Caballero et all (Argentina)	26
Experiencias de Economía Social en Michoacán ¿Una respuesta al desarrollo que no llegó? Josefina Cendejas Guízar y María Arcelia Gonzáles Butrón (Mexico) ..	42
A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo Sandro Pereira Silva (Brasil)	62
<u>DOSSIER MICROEMPREENDEDORISMO Y ASOCIATIVISMO</u>	<u>83</u>
Quando micro não é sinônimo de pequeno: a vertente metautilitarista do empreendedorismo Adriane Vieira Ferrarini y Luiz Inácio Gaiger (Brasil)	84
Microempreendedorismo e associativismo: um retrato preliminar de Moçambique Dipac Jaientilal y Cláudio Mungói (Moçambique)	101
Microempreendedorismo popular e Economia Solidária: o sentido de uma mudança Pedro Hespanha (Portugal)	111
Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil Adriane Vieira Ferrarini y Marília Veríssimo Veronese (Brasil)	131
A História e os sentidos do empreendedorismo solidário Luiz Inácio Gaiger y Andressa da Silva Corrêa (Brasil)	153
<u>ECONOMÍA SOCIAL EN AMÉRICA DEL NORTE</u>	<u>177</u>
El “mapeo” de la economía social y solidaria: algunos retos Yves Vaillancourt (Canadá)	178

Otra Economía

Sección Especial:
Dossier Microemprendedorismo y Asociativismo

A História e os sentidos do empreendedorismo solidário¹

Luiz Inácio Gaiger

Doutor em Sociologia, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS), membro do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa. E-mail: gaiger@unisinos.br

Andressa da Silva Corrêa

Licenciada em Teatro, mestranda em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS), integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos. E-mail: andressa_teatro@yahoo.com.br

Resumo

Passada uma década de seu momento de eclosão, os empreendimentos de Economia Solidária começam a ser submetidos à prova do tempo. Seu potencial já pode e deve ser avaliado de acordo com seus avanços e recuos, em particular quanto à expectativa de serem alternativos e viáveis, o que requer situá-los em uma perspectiva analítica temporalmente mais ampla, desvencilhada do tempo linear e progressivo e da tendência a superdimensionar os fatos do presente. Inspirado nos ensinamentos do historiador Fernand Braudel, o artigo explora resultados de pesquisas sobre os empreendimentos solidários, realizadas entre 1992 e 2001, a fim de referendar a pertinência desse enfoque e evidenciar como ter em vista temporalidades múltiplas contribui para alargar os acontecimentos e discernir sentidos diversos por eles incorporados, segundo os diferentes ciclos e ritmos do tempo.

Palavras-chave: alternativas, economia solidária, Fernand Braudel, racionalidade, trabalho

Abstract

Nowadays, the solidarity economy experiences have started to face an ageing process, a decade after their eclosion. Their potential can and must be evaluated regarding their achievements and failures, particularly as to being alternative and viable. This asks for a broader historical perspective, disentangled from the linear and progressive time and from the tendency of overappreciating the present. Inspired by the thoughts of the historian Fernand Braudel, the article explores the

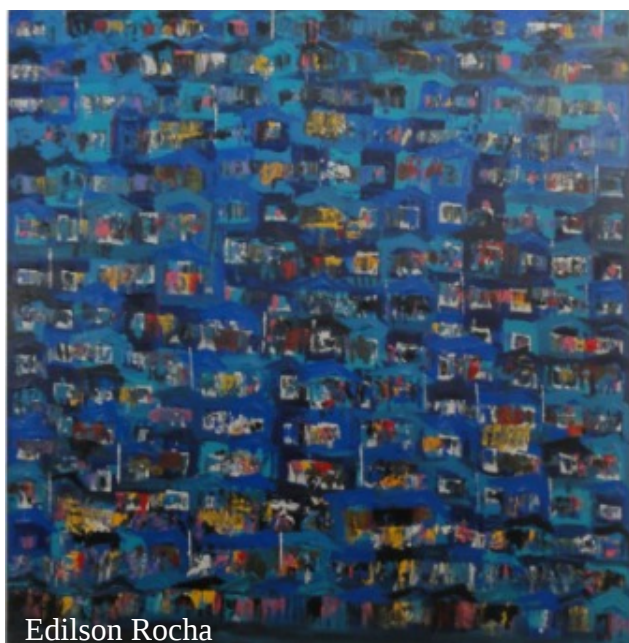
¹ Artigo relacionado a pesquisas financiadas pelo CNPq e pela FAPERGS, com destaque ao Projeto *Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico*, realizado no âmbito do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP/CNPq.

findings of empirical researches conducted between 1992 and 2001, as to show that taking into consideration multiple timeframes contributes to understanding the diverse meanings of the solidarity entrepreneurship, according to the different cycles and rhythms of time.

Key-words: alternatives, solidarity economy, Fernand Braudel, rationality, labour

INTRODUÇÃO

Um acontecimento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações ou de relações. Éle testemunha, às vêzes, movimentos muito profundos, e, pelo jogo factício ou não das “causas” e dos “efeitos”, caros aos historiadores de ontem, anexa a si um tempo muito superior à sua própria duração. Extensivo ao infinito, êle se liga, livremente ou não, a tôda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, parece, de destacar-se, desde então, umas das outras. Por êste jogo de adições, Benedetto Croce podia pretender que, em todo o acontecimento, a história inteira, o homem inteiro se incorpora e em seguida se redescobre à vontade. Com a condição, sem dúvida, de acrescentar a êste fragmento o que êle não contém de início e, portanto, de saber o que é justo – ou não – acrescentar-lhe. (Braudel, 1965: 264).



Edilson Rocha

O debate sobre o significado histórico da Economia Solidária acompanha seu desenrolar como novo campo de práticas desde seus primórdios. As teses a respeito giram habitualmente em torno das vias de construção de grandes alternativas, ao neoliberalismo, à globalização e à ordem capitalista. Um dos eventos interessantes sobre o tema ocorreu no Brasil em 1999, reunindo expoentes do pensamento acadêmico, político e católico, como Francisco de Oliveira, José Luis Coraggio, José Luís Fiori, Luiz Alberto Gómez de Souza, Marcos Arruda e Paul Singer.² No papel de comentador final, Gómez de Souza retomou a

questão nos termos explícita ou implicitamente discutidos pelos conferencistas, quanto ao advento de um novo modo de produção, a que conduziriam a expansão e o fortalecimento da Economia Solidária. Prosseguindo, salientou a necessidade de termos em vista os horizontes temporais em que se situam as mudanças históricas mais profundas, recordando o historiador Fernand Braudel:

² O evento ocorreu na Universidade Católica de Salvador, estando à testa da coordenação Gabriel Kraychete. Os anais foram publicados posteriormente (Kraychete et al. 2000).

Segundo ele, a partir de 1971-72 entramos numa crise de esgotamento desse período de grande duração – que é o período da modernidade. Vamos agora ter um período longo, que ele chama *crise secular*: são cem anos de transição, como aqueles cem anos entre 1350 e 1450, quando o mundo feudal foi acabando e surgiu aos poucos a modernidade. Essa transição atual amadureceria lá por 2050, 2070... Então estamos no meio do percurso. Mas no meio de algo que não sabemos o que poderá ser (Gómez de Souza, 2000: 241).

Braudel provavelmente tinha em mente os ciclos históricos mais longos, como o Kondratieff³ e o Trend, o primeiro deles alongando-se entre 50 e 70 anos, o segundo de amplitude secular, espaço de tempo em que se registravam, desde o séc. XIII, as rupturas mais significativas na história das *economias-mundo* (Braudel, 1995). As teses de Braudel acerca dos tempos históricos (ou sobre a *dialética da duração*) já balizaram reflexões nossas a respeito das grandes transições (Gaiger, 2007a). Não importa tanto o acerto da predição feita sobre os ciclos atuais. O valor de lembrá-la repousa na principal virtude da abordagem braudeliana: ressaltar os tempos múltiplos e contraditórios coexistentes em nossas vidas e no andar das civilizações, em particular “esta oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo longo a escoar-se”, donde derivam relações mútuas indissolúveis entre o presente e o passado (Braudel, 1965: 263).

Pensamos que a compreensão da Economia Solidária tem a ganhar com esses ensinamentos, com estudos que considerem essa perspectiva. Além de apresentá-la por meio de uma visão panorâmica do pensamento de Braudel e de sua escola historiográfica, este artigo propõe-se a referendá-la empiricamente, retomando para isso alguns resultados de quase duas décadas de investigações sobre os empreendimentos associativos, realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da Unisinos. Visando demonstrar como ter em vista as temporalidades múltiplas da História contribui para alargar os acontecimentos e discernir sentidos diversos por eles incorporados, o texto inicialmente discute a abordagem braudeliana (Seção 1). A seguir, menciona as bases empíricas e metodológicas das pesquisas sobre os empreendimentos solidários (Seção 2), cujos resultados são comparados diacronicamente, de sorte a evidenciar os vínculos indissolúveis entre as experiências de Economia Solidária e a passagem do tempo (Seção 3). Ao final do texto, as temporalidades ganham um sentido heurístico mais pronunciado, ao permitirem identificar significados e relações contidas em tais experiências, embora estejam situadas em circuitos mais amplos, nos quais se manifestam as persistências e as mudanças lentas dos últimos séculos (Seção 4).

1. As temporalidades e as ciladas da curta duração

Braudel (1902-1985) foi um dos principais responsáveis pela renovação da historiografia no séc. XX.⁴ Ele seguiu a trilha de Lucien Febvre e Marc Bloch,⁵ apartando-se da escola positivista, fixada em elementos factuais, no valor inquestionável do documento e na reconstituição da história das idéias e da vida política. Braudel propugnava uma história social total, única forma a seu ver de

³ Do nome do seu formulador, Nikolai Kondratiev, economista russo em atividade nos anos 1920 e 1930 (até sua execução por Stálin, em 1938). Sua teoria, por sinal, levaria ao prognóstico de início de um novo ciclo no pós-guerra e de início de sua fase crítica nas primeiras décadas do séc. XXI.

⁴ Para uma visão detalhada de sua vida e obra, ver: DAIX, Pierre. *Fernand Braudel – uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁵ Entre 1935 e 1937, Braudel lecionou na recém inaugurada Universidade de São Paulo. Marc Bloch, que havia se engajado na Resistência, foi preso e, em 1944, brutalmente torturado e assassinado pelos nazistas.

não perder de vista a totalidade, o que empresta uma crucial importância à dialética entre presente e passado e conclama a uma integração ampla entre as Ciências Humanas, como a Geografia, a Sociologia, a Economia, a Psicologia e a Linguística – diríamos hoje, a uma perspectiva transdisciplinar.

Das experiências e tentativas recentes da história, desprende-se – consciente ou não, aceita ou não – uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo. Esta última noção, mais do que a própria história - a história de múltiplas faces – deveria interessar às ciências sociais, nossas vizinhas. (Braudel, 1965: 263).

O projeto foi cristalizado na revista *Les Annales d'histoire économique et sociale*,⁶ fundada em 1929 sob três princípios: “1) a instauração de uma história-problema, em oposição à história narrativa, isto é, descritiva dos acontecimentos únicos; 2) a ampliação das fontes de informação histórica, pois o documento escrito era supervalorizado, em detrimento da iconografia, dos vestígios arqueológicos, etc.; e 3) a adoção de uma dialética entre presente e passado, em contraposição à idéia dominante de que o passado era algo separado do mundo do historiador.” (Rocha, 1995: 240).

Um dos legados mais importantes desta *Nouvelle Histoire* foi a Geohistória, uma disciplina híbrida essencial, “um instrumento para encontrar as realidades estruturais mais lentas e para organizar uma perspectiva segundo uma linha do mais longo prazo” (Lima, 2005: 9), por excelência aquele das relações do homem com o ambiente. A Geohistória permite recriar uma paisagem histórica segundo perspectivas intermináveis, multisseculares, em cuja aparente inércia ocultam-se as tendências da história lenta, as forças e movimentos que conformam e transformam as civilizações, sejam os modos de ação do capitalismo, sejam mudanças culturais como a Reforma e a Contra-Reforma religiosas, sejam os paradigmas científicos, seja a persistência do patrimonialismo como princípio ordenador das sociedades oligárquicas.⁷

Tendo por predecessores Paul de La Blache e o próprio Lucien Febvre, a influência da *École des Annales* neste campo disseminou-se, contribuindo também no Brasil para a renovação da Geografia Humana, a exemplo da “teoria dos tempos rápidos e dos tempos lentos” de Milton Santos (2008). A idéia da longa duração⁸ teve desdobramentos de envergadura, caso notório da obra de Immanuel Wallerstein, que a transpôs à sucessão e coexistência de “sistemas históricos”, relativamente autônomos e funcionando segundo padrões e ritmos cíclicos.

Fernand Braudel demonstrou, primeiro, que a grade dos diferentes tempos da história podia ser encontrada em outros objetos históricos, e não somente nas relações entre homens e meio ambiente, e, segundo, que a operação historiográfica não deveria se limitar à análise de apenas uma das durações, embora reconhecesse o primado da longa duração; deveria, isto sim, analisar cada uma em si, para depois verificar no conjunto a dialética das durações. (Rocha, 1995: 248).

Importaria, sobretudo, prevenir-nos contra a sedução enganadora exercida pelo tempo curto, pelo acontecimento “nouvelle sonnante” cuja explosividade lança

⁶ Com a entrada de Braudel na função de diretor, já no pós-guerra, a revista mudou de nome, passando a chamar-se *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, conservando-o até 1994.

⁷ No Brasil, tema da brilhante obra *Os donos do poder*, de Raimundo Faoro. Recomenda-se também um dos estudos de José de Souza Martins: *O poder do atraso; ensaios de sociologia da história lenta*. (São Paulo: Hucitec, 1999).

⁸ Para o próprio Braudel, ela surge em sua tese de doutorado, defendida em 1947, na qual se propôs à reconstrução de uma história total do Mediterrâneo nos fins do século XVI, chegando, no entanto, a “edificar uma teoria sobre a decomposição do tempo histórico” (Rocha, 1995: 242), apresentada em 1958 no que seria um dos seus mais decisivos artigos (Braudel, 1965). Sua incorporação aos estudos durante sua extensa carreira redundou em sua obra mais conhecida - *Civilização material, economia e capitalismo - séculos XV-XVIII*, publicada originalmente em 1979 e, posteriormente, no Brasil (Braudel, 1995).

uma excessiva fumaça, que “enche a consciência dos contemporâneos” (Braudel, 1965: 264), mas, por assim dizer, embaça-lhes os olhos quanto à espessura mais profunda da história e ao seu real decurso. Nos curtos lapsos em que se sucedem, fatos altissonantes são por vezes precipitadamente interpretados como dilemas definidores de sua época. Isso porque, a despeito das magistrais lições de Michel Foucault, não se procede à imersão de tais ímpetus nas estruturas estáveis, quase inertes, alheias às agitações do frontispício, nas quais repousam quadros mentais e sistemas de vida persistentes, apenas rejeitados após terem servido por muito tempo, por isso estando em geral mais longe do que perto da exaustão.

Mais ainda, o pesquisador do tempo presente não chega às tramas “finas” das estruturas, a não ser sob a condição, ele também, de **reconstruir**, de avançar hipóteses e explicações, de recusar o real tal como ele se apresenta, de truncá-lo, de ultrapassá-lo... (Braudel, 1965: 263).

Ora, a atualidade da Economia Solidária, seu tempo presente, domina largamente as percepções. Os números levantados pelo primeiro Mapeamento Nacional no Brasil, realizado entre 2005 e 2007, falam por si: 49% dos 22 mil empreendimentos registrados iniciaram suas atividades a partir de 2001, quando do auge ou já na esteira do período dominado por governos considerados neoliberais ou, em todo o caso, pela desestruturação do mercado de trabalho e a subsequente exclusão e insegurança laboral. Desde 2003, contudo, quando nova coalizão política, liderada por Lula, assumiu o poder, o número de novos empreendimentos chegou a 34% do total. Dada essa veloz multiplicação das iniciativas econômicas solidárias, de par com seu apreciável fortalecimento político em menos de uma década, não é de surpreender que as expectativas mais otimistas tenham prevalecido no debate sobre o seu sentido e suas perspectivas.

Mas, algo sugere que a Economia Solidária esteja prestes a superar sua condição de fato emergente, impactante, inquestionavelmente promissor. Ela começa a ser submetida à prova do tempo, de sorte que seu potencial já pode ser avaliado de acordo com o seu desenvolvimento, seus avanços e recuos, quanto a ser simultaneamente alternativa, viável e replicável. Motivos para dúvidas já se encontravam no primeiro Mapeamento, em favor tanto do otimismo quanto do ceticismo. A tese que vê a Economia Solidária basicamente como resposta ao desemprego, dependendo então das oscilações do mercado de trabalho, não condiz com dados que indicam outras aspirações tão ou mais importantes que a renda, além de outros protagonistas, ciosos de proteger seu trabalho e seu sistema de vida costumeiro, incluindo ocupações já existentes, de cunho individual ou familiar. Fato mais decisivo é que a atenção dada à parte íngreme da curva de ascensão dos empreendimentos resultou em desdém pelo período anterior, em que há dados de interesse: 43% dos empreendimentos já existiam em 1999, 23% funcionavam ao menos há 10 anos quando foram mapeados, 11% há 15 anos ou mais. Seus itinerários transcendem os fatos do presente, escapam à visão que se pode ter deles permanecendo nesta escala do tempo. São testemunhas de outras épocas, cuja antecedência em relação à eclosão e à constituição política da Economia Solidária fatalmente reduziu suas chances de serem registrados pelo Mapeamento nas proporções em que ainda persistiam em 2005, que dirá nas quais existiram outrora. Observar as distâncias cronológicas seria indispensável para dimensionar esses fatos, evitando as ciladas da curta duração.

A essas armadilhas nos expomos se estivermos impregnados por um dos hábitos mentais típicos da modernidade, consistindo em interpretar os acontecimentos segundo uma narrativa sobre o sentido da história já constituída e aceita axiomáticamente. Tais narrativas apóiam-se fundamentalmente nos valores da razão e do progresso, na convicção de que, mesmo por caminhos tortuosos e

sujeita a idas e vindas, a civilização avança para um futuro melhor. Na sua variante à esquerda, trata-se de uma das grandes ideologias modernas, ao lado do liberalismo e do nacionalismo, com inúmeras derivações no pensamento marxista e no humanismo, de pendor evolucionista e dualista: os fatos são essencialmente – quanto mais se sobressaírem neste sentido, mais autênticos - episódios das marchas e contramarchas dos trabalhadores, em sua caminhada inexorável de construção de uma nova sociedade, *anti* e *pós*-capitalista.

Em que pesem as boas intenções, essa espécie de soteriologia iluminista termina por esterilizar a dialética da história. Ao antever teologicamente o curso da temporalidade longa, termina por antecipar o sentido dos acontecimentos e a síntese final das contradições que possam carregar - uma tentação *utópico-moderna* da qual não se teria livrado o próprio Marx (Gorender, 1999). Um dos seus ecos, no seio da intelectualidade engajada em movimentos de base como a Economia Solidária, manifesta-se na tendência a apreender as experiências quase invariavelmente como parte de um *projeto* de sociedade. Tal projeto – superior e antagônico ao capitalismo - se converte desde então na razão de ser das práticas, em chave hermenêutica que lhes confere sentido, funcionando como seu elemento orientador e classificador.

Os quadros mentais - lembra-nos Braudel (1965: 268) - “são também prisões de longa duração.” Daí porque “a adoção do princípio da pluralidade dos tempos traria ganhos científicos à História. Isto porque, em primeiro lugar, por meio dele, a História podia se desvencilhar do tempo linear e progressivo das Filosofias da História (hegeliana, comtiana ou marxista), isto é, em vez de recorrer a uma noção apriorística de tempo, o tempo histórico passaria a ser dado pelos próprios objetos da pesquisa.” (Rocha, 1995: 243).

Em nossa história recente, o tempo das transformações vem titubeando, às vezes imobilizado na disjuntiva titânica de duas totalidades mutuamente excludentes, às vezes em estado de latência ou moratória inconfessa diante do peso incontível do capitalismo global triunfante. Mas, se não há distanciamento dos fatos para entendê-los em seu presente e em seu passado, as novas boas notícias do momento facilmente voltam a alimentar antigas esperanças, olvidando-se a dimensão descomunal de qualquer empreitada de construção de alternativas capazes de superar a ordem social vigente. Ou o enlevo momentâneo dos acontecimentos presentes é arrebatador, projetando-os exponencialmente sobre os movimentos tectônicos da história, ou tais feitos são relegados à impotência e à insignificância. Posições extremadas subtraem o essencial: alternativas apenas se constroem – e se destroem - nas dialéticas dos sistemas a que resistem ou combatem, na forma, na escala e no tempo em que o fizerem.

Ao insistir sobre a necessidade de eliminar o que é breve, individual, episódico, deixando em suspenso uma enorme parte da história vivida, Braudel preocupava-se em fazer vir à tona aquelas realidades e perspectivas duradouras, quase intermináveis, de ritmos lentos a ponto de darem a impressão de imobilidade, de serem inanimadas, de estarem destituídas de vida e de história. “Cada ‘atualidade’ reúne movimentos de origem, de ritmo diferente: o tempo de hoje data, às vezes, de ontem, de ante-ontem, de outrora.” (Braudel, 1965: 272). Assim, mesmo na poeira dos acontecimentos é possível detectar lastros profundos, estruturas, que são sempre “sustentáculos e obstáculos” (Braudel, 1965: 268). O mister diz respeito à distinção e articulação entre tempos múltiplos e contraditórios, como forma de esquivar tanto os caprichos do tempo breve quanto a impassibilidade da longa duração.

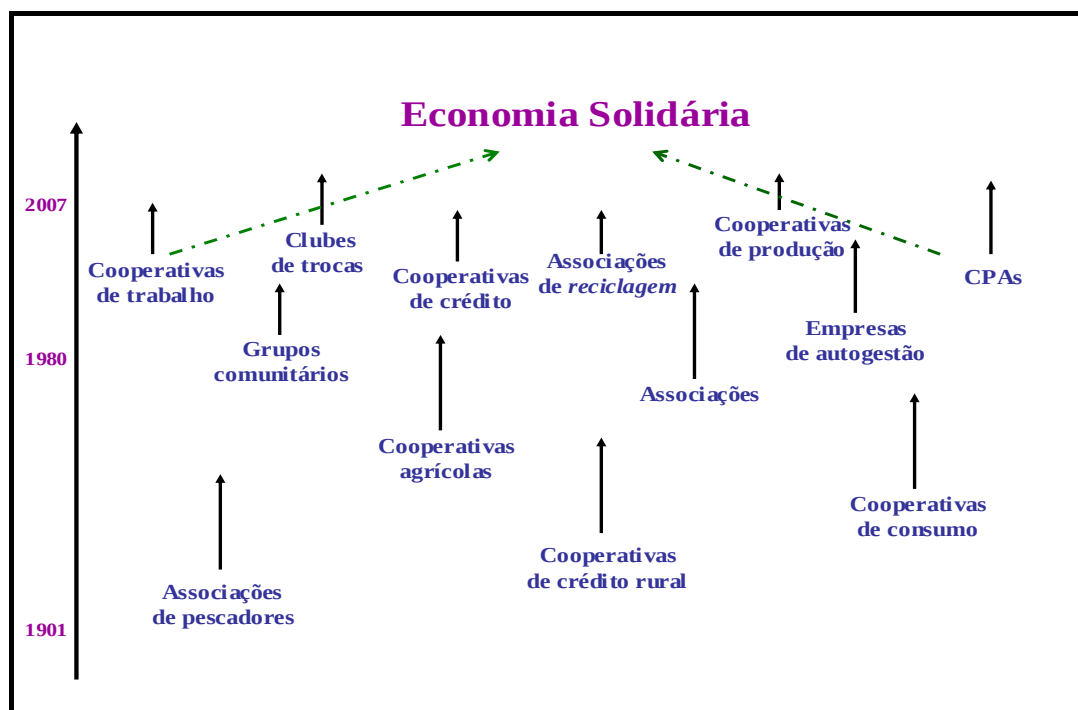
Reconstituir os fragmentos dessas durações demanda investigar, tanto quanto possível, nosso material empírico, a fim de encontrar trânsitos e conexões em diferentes planos temporais. No caso da Economia Solidária, a seu turno, significa ir além das circunstâncias momentâneas de sua expansão recente. Se admitirmos

que não seja suficiente para os sujeitos estarem simplesmente acuados, pois é o seu lastro de experiências e sua capacidade de idealização que convertem a alternativa solidária em ação prática, devemos verificar como o desdobrar dos empreendimentos repousa em recursos e ativos precedentes de seus protagonistas, conforme tenham evoluído suas condições de vida e à medida que favoreceram ou afastaram a revitalização ou adoção de práticas solidárias.

De outra parte, cada empreendimento pode ser sinal da persistência de disposições latentes, cuja vinda à superfície tenha deixado vestígios mais nítidos em outras épocas, ao configurar ciclos localizados de expansão do solidarismo, em contraste com os períodos de refluxo e desmobilização. Os dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária são sugestivos quanto a esses vínculos entre os eventos registrados na atualidade e seus antecedentes. Relacionar as datas de implantação dos empreendimentos em atividade há mais tempo (desde 1901) com as expressões mais conhecidas da história do associativismo e do cooperativismo deixa transparecer eixos de recorrência com graus variados de continuidade:

Figura 1

Ciclos antecedentes dos empreendimentos econômicos solidários



Fonte: SIES 2007 – Base de Dados Unisinos

Inferir e interpretar essas conexões são tarefas fáceis quando as experiências em análise já percorreram um longo itinerário, que nos translada espontaneamente ao passado. Contudo, dos empreendimentos antigos captados pelo Mapeamento pouco se poderá saber com dados que não retornam no tempo e quase nada dizem de suas fisionomias anteriores. Estudos longitudinais, com essa intenção, pressupõem levantamentos sucessivos, a contar do segundo Mapeamento; portanto, uma perspectiva ainda incipiente. Um meio mais viável de sobrepujar os limites da curta duração, sem sucumbir a recitativos finalísticos e prescritivos, consistiria em examinar, com vagar, experiências com trajetórias mais longas, exemplificantes das modalidades organizativas e das vias de desenvolvimento seguidas pelos empreendimentos econômicos solidários.

2. Fundamentos empíricos e metodológicos

A calhar com essa alternativa, os empreendimentos estudados recentemente, no âmbito do Projeto Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico, chamaram a atenção por sua longevidade. Na ocasião do trabalho de campo, realizado em fins de 2009, já estavam em atividade em média há 17 anos, ou há quase 20 se adicionarmos as preliminares que levaram à sua criação. Todos precedem o grande surto de experiências que conduziu, ao final dos anos 1990, ao surgimento do termo Economia Solidária e à posterior e crescente mobilização social e política a seu redor. Ademais, vários deles haviam sido examinados em pesquisas anteriores, desde 1992, propiciando um repositório de dados e análises favoráveis a comparações entre as características que assumiram paulatinamente, segundo modificações havidas em suas circunvizinhanças e na sociedade.

Três pesquisas, realizadas em 1997, 2001 e 2009, tiveram objetivos semelhantes, a segunda tendo sido realizada com a intenção explícita de gerar dados para uma análise comparativa com as conclusões da pesquisa de 1997; a terceira, em 2009, adotou uma metodologia praticamente idêntica àquela de 2001, o que faculta estender essa perspectiva diacrônica até 2009. Por fim, convém acrescentar que os empreendimentos focalizados nas duas últimas investigações, das quais nos ocuparemos mais detalhadamente, correspondem em linhas gerais ao perfil de mais de 30 experiências examinadas ao menos duas vezes desde 1992, e a pelo menos 20, estudadas três ou quatro vezes no mesmo período.

A Tabela nº 1 apresenta o perfil geral dos empreendimentos em tela, deixando transparecer, pelos números, o grau de recorrência dos casos. A pesquisa de 1992 teve como objeto o programa de apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – PACs, desenvolvido pela Cáritas no Estado do Rio Grande do Sul, desde 1986. Esses projetos envolviam atividades de geração de renda e constituem um dos veios importantes da Economia Solidária (Gaiger, 1994; 1996). Em 1995, foram investigadas cooperativas e associações de agricultores assentados, a pedido do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, avaliando-se seu papel para a melhoria das condições de vida, particularmente no campo da segurança alimentar. Em 1997, buscou-se identificar os principais fatores de êxito dos empreendimentos bem-sucedidos, a partir de experiências significativas do perfil da Economia Solidária nas principais regiões do Rio Grande do Sul (Gaiger *et al.*, 1999; Gaiger, 2001). A seguir, realizou-se uma pesquisa nacional, promovida pela Rede Untrabalho, com o intuito de caracterizar mais amplamente a Economia Solidária e examinar seu sentido e possibilidades (Gaiger, 2004; 2007b). A pesquisa de 2001 retomou os objetivos de 1997, incidindo sobre aqueles empreendimentos ainda ativos (Gaiger, 2006; Gaiger e Asseburg, 2007). Em 2009, uma fração desse mesmo corpus empírico, formada por empreendimentos de pequeno porte, serviu à discussão acerca do microempreendedorismo associativo.

Tabela 1
EES estudados em pesquisas qualitativas, agrupados por Segmento

Segmentos	Nº de EES e de visitas por segmento	Ano das pesquisas qualitativas no RS e nº de EES estudados					
		1992	1995	1997	1999	2001	2009
EES primordialmente não-econômicos	5 / 5	5					
EES de coleta e triagem de resíduos recicláveis	4 / 8			2	1	3	3
EES de produtores rurais familiares	28 / 55	10	5	18	5	12	5
EES de produção ou comercialização de bens manufaturados ou serviços	37 / 63	18		17	7	17	4 ⁹
Totais	74 / 131	33	5	37	13	32	11

Fonte: elaboração própria

Algumas pesquisas cobriram igualmente um universo bem maior de experiências. Em 1992, foram refeitos e analisados os dados cadastrais dos PACs, computando-se 439 projetos, 349 deles de natureza econômica. Logo após, um trabalho semelhante foi realizado em Minas Gerais, abrangendo mais de 600 projetos de geração de renda (Gaiger, 1996). Em 1999, a pesquisa nacional levantou dados gerais sobre a Economia Solidária em nove Estados do país, analisando-se posteriormente 120 experiências *in loco*, em seis Estados. Entre 2006 e 2009, realizamos sucessivas análises dos dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, que contabiliza 21.885 empreendimentos¹⁰ (Gaiger, 2007c).

Por conseguinte, há material propício a uma reflexão sob o prisma das temporalidades. Como o enfoque agora proposto inspira-se particularmente na última pesquisa, de 2009, à medida que deu continuidade a uma análise diacrônica já realizada com os dados de 1997 e 2001, optamos por salientar as conclusões do estudo comparado entre 2001 e 2009, voltando retrospectivamente aos dados de 1997 e a outras pesquisas, quando oportuno. Visto que tais conclusões provêm da análise dos mesmos empreendimentos focalizados pelo artigo anterior, de autoria de Adriane Ferrarini e Marília Veronese, com os quais o leitor nesse momento já está provavelmente familiarizado, essa opção dispensa considerações sobre as características e os percursos individuais das experiências, como também sobre a metodologia geral da pesquisa. Todavia, é recomendável declinarmos alguns aspectos do modelo analítico mais diretamente relacionados com a perspectiva deste trabalho.

Desde 1997, a análise de cada experiência tem culminado com uma avaliação do grau em que nela se apresentam o Vetor Empreendedor e o Vetor Solidário. Cada um deles corresponde a uma das faces do que denominamos empreendimentos econômicos solidários – EES, um conceito de natureza típico-ideal com fins analíticos (Gaiger, 1996; 2009a). Enquadram-se no conceito as iniciativas que logram algum nível de acumulação e crescimento, que alcançam certa

⁹ Incluindo uma cooperativa de produção desativada, cuja visita foi substituída por uma entrevista no sindicato municipal da respectiva categoria, principal entidade de apoio ao empreendimento.

¹⁰ Segundo a Base de Dados utilizada na Unisinos, cujos totais diferem ligeiramente da base de uso público divulgada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (www.mte.gov.br).

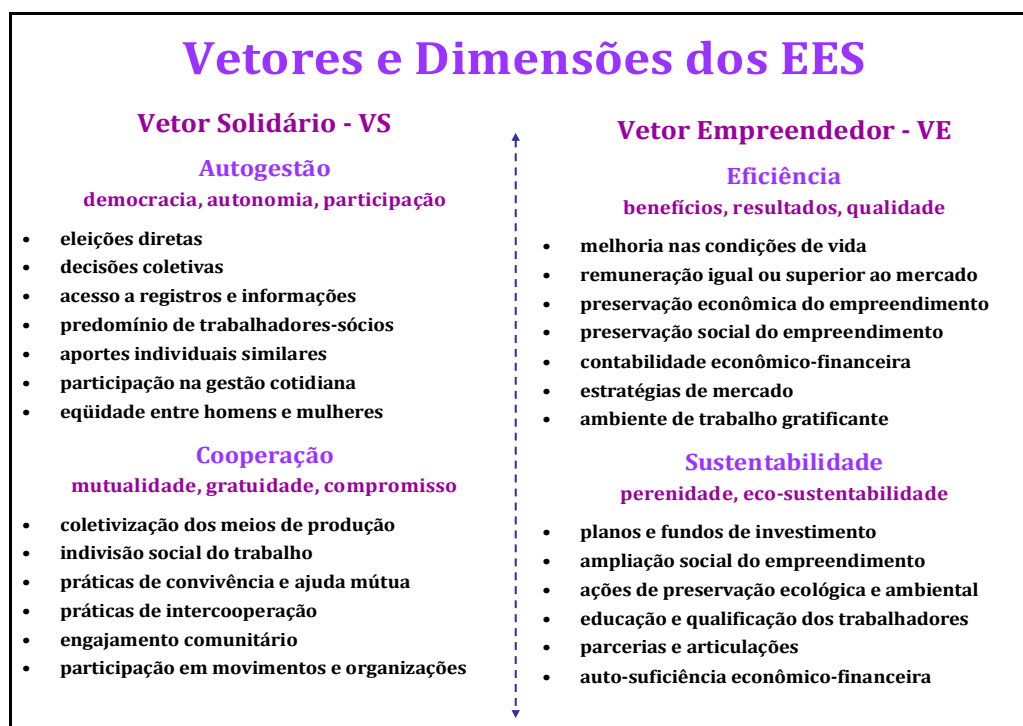
estabilidade e viabilidade, por meio da planificação de seus investimentos, acionando para isso uma nova racionalidade econômica, calcada no envolvimento coletivo com a gestão e com o trabalho cooperativo.

Esse modelo foi posteriormente decomposto em quatro dimensões, com o objetivo de melhor discernir os elementos, distintos e complementares, que compõem os vetores. Tais dimensões deram origem a indicadores específicos, exemplificados na Figura 2.

No Vetor Solidário, a *Autogestão* vincula-se à democracia, à participação e à autonomia do empreendimento em seu gerenciamento, relacionando-se tanto aos sócios singulares quanto a organizações e forças externas. A *Cooperação* refere-se a valores e práticas de mutualidade, colaboração mútua, compromisso social e gratuidade. Uma organização econômica pode ser autogestionária e pouco cooperativa, ou vice-versa.

Quanto ao Vetor Empreendedor, a *Eficiência* de um empreendimento diz respeito à sua capacidade de preservar-se e consolidar-se em resultado do seu funcionamento. Refere-se a aspectos da operação econômica que garantam a sua sobrevivência no presente e não a comprometam no futuro. A *Sustentabilidade* diz respeito à capacidade de gerar condições para seguir funcionando a médio e longo prazo. Envolve aspectos internos e externos, mas exclui estratégias que simplesmente adiem compromissos assumidos ou transfiram determinados custos da operação à sociedade, como o emprego de tecnologias baratas e poluentes ou a depredação do ambiente natural. Implica, portanto, um nível de desempenho que não produza os benefícios esperados apenas à custa de insolvências futuras, a exemplo ainda da usura do trabalho e da depreciação incontida do capital do empreendimento.

Figura 2
Modelo conceitual e analítico dos empreendimentos econômicos solidários



Fonte: elaboração própria

A operacionalização desse dispositivo analítico, em 2001 e 2009, fez-se mediante uma planilha específica, preenchida durante as visitas de campo e retificada posteriormente, à luz do consignado nos demais instrumentos e nas sucessivas análises de cada caso. A planilha contém uma lista de Indicadores relacionados às quatro Dimensões, cuja pontuação traduz a avaliação qualitativa feita quanto à presença e à intensidade dos elementos correspondentes. A tabela consolidada, com as pontuações de todos os empreendimentos, deu lugar a análises do desempenho de cada um deles, de cada Indicador, Dimensão e Vetor. O agrupamento dos empreendimentos, conforme suas características determinantes e sua dinâmica, originou a noção de *segmento*, a partir do qual se organizaram a interpretação e a exposição dos resultados.¹¹

A pesquisa de 2009 utilizou-se também de análises do Mapeamento (Gaiger, 2009b) e de estudos sobre os principais modelos de fomento ao empreendedorismo de pequeno porte, discutidos à luz das características e concepções próprias ao universo da Economia Solidária (Gaiger e Correa, 2010). Tratando de entender as peculiaridades e as vantagens comparativas do empreendedorismo associativo, várias questões indissociáveis do fator tempo emergiram diante dos casos em análise: por que esses empreendimentos mantêm-se ativos há quase 20 anos? Que modificações sofreram, em seu favor ou desfavor? Durante esse percurso, o que têm representado para seus integrantes e para os demais participantes de seus circuitos de interação?

Embora sem constituir-se como perspectiva analítica específica, a dimensão temporal esteve patente nessas e noutras questões. Abordá-la enquanto tal, sistematicamente, requer, além de metodologias e condições empíricas adequadas, uma consciência nítida e treinada à pluralidade do tempo social, a fim de não se resumir a “um simples jogo, o habitual alargamento de estudos e curiosidades” (Braudel, 1965: 271). Por assim, é necessário explorar com zelo, por vezes minuciosamente, as aquisições analíticas e interpretativas dos estudos empíricos anteriores. Ainda assim, nossas pretensões aqui devem ser modestas. De certo modo, poderíamos classificar o que segue como um ensaio de meta-análise, realizado a partir dos resultados prévios de cada pesquisa. Certamente, não será possível discriminar com suficiente pertinência as durações históricas em que a Economia Solidária deposita os seus sentidos. Contanto que tal arcabouço nos auxilie a ter em mente os ritmos e ciclos do tempo, esperamos ao menos algum ganho investigativo, no sentido de referendar uma perspectiva de estudos sobre a Economia Solidária que permita descomprimi-la, alargando o seu tempo presente por procedimentos que não a tolham de seus vínculos com o passado e de seus múltiplos sentidos históricos.

3. O empreendedorismo associativo nos compassos do tempo

O exercício a seguir, realizado com tais propósitos, aponta a conveniência de prosseguir nesta direção, para além do tempo linear. Voltar aos estudos periódicos sobre esses casos de empreendedorismo associativo revela que a solidariedade econômica vivenciada em nossos dias pelos trabalhadores antecede o momento de irrupção da Economia Solidária e ultrapassa os contornos reconhecidos pelas redes de agregação e mobilização instituídas desde então - a chamada *ES* ou *Ecosol*. O empreendedorismo associativo supõe e ao mesmo tempo estimula o desenvolvimento de outra racionalidade, mediante mutações progressivas que ensejem a integração de distintos princípios econômicos, ultrapassando a primazia do utilitarismo. Em contrapartida, o andar das

¹¹ Análises mais detalhadas e abrangentes desse conjunto de Indicadores constam em Gaiger, 2006 e em Gaiger e Asseburg, 2007.

experiências não dá guarida à expectativa de prosperidade e de multiplicação constantes, não sendo esses os indicadores mais seguros para estimar o seu grau de sustentabilidade ou a sua capacidade de responder às expectativas de seus membros e de seus beneficiários indiretos. A bem dizer, elas não se guiam por um *projeto*, no sentido de um conjunto de objetivos preconcebidos e expressos segundo categorias político-ideológicas. Conduzem-se, isto sim, por aspirações primordiais que ora se reafirmam, ora se renovam, ensejando ciclos que se estendam do nascer ao ocaso de cada experiência, fazendo eco em espaços históricos mais amplos, constitutivos do desenvolvimento e dos dissensos mais importantes da vida social contemporânea. Examinemos esses argumentos.

3.1 Uma história anterior aos empreendimentos

Uma das primeiras e mais reiteradas constatações de nossos estudos indica que o ato criador dos empreendimentos mais sólidos e persistentes requer uma série de condições prévias, constituídas gradativamente durante sua história pregressa; não se trata de um ato trivial, corriqueiro. A conjunção de tais circunstâncias nem sempre é espontânea e a ela concorrem invariavelmente fatores distantes no tempo, sem que haja atalhos ou substitutivos capazes de cumprir o mesmo papel. Tais condições de gênese foram sumariadas em conclusão da pesquisa nacional antes referida (Gaiger, 2004: 373-382), incluindo a *presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe, a existência de organizações e lideranças populares genuínas, vincadas nos movimentos de ação direta*, ou ainda:

chances favoráveis para que as práticas econômicas associativas sejam compatíveis com a economia popular dos trabalhadores, amoldando-se aos arranjos individuais, familiares e semi-coletivos que lhes asseguram a subsistência e que estão inscritos em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência (Gaiger, 2004: 375).

Além desses fatores objetivos e subjetivos, ligados à condição social e à trajetória de vida do grupo empreendedor, havia-se anotado anteriormente a influência de dois elementos: a) uma plataforma material e econômica prévia, que propicia ao grupo recursos e alternativas nos períodos de dificuldade, bem como meios para assumir certos riscos ou implementar estratégias de investimento a maior prazo; b) uma homogeneidade social significativa quanto à categoria social, à trajetória do núcleo familiar, às referências culturais, etc., pois assim o empreendimento coletivo pode sustentar-se em uma convergência natural de propósitos e expectativas, assegurada pelo projeto implícito comum de vida (Gaiger *et al.*, 1999: 28). A importância da similitude de interesses, motivando a dedicação de todos os membros ao projeto, aparece com nitidez nas avaliações de 2001 e 2009: quando as condições de partida eram desiguais, predominou a tendência ao aprofundamento das diferenças, concentrando-se o patrimônio e o poder de decisão nas mãos de poucos e dando lugar a empresas convencionais, ainda que com práticas de solidariedade.

Contam também condições externas, sobre as quais os empreendimentos nascentes pouco podem interferir. Eles são mais bem-sucedidos quando existe um entorno social favorável, que lhes garanta aportes financeiros, facilidades materiais, formação técnica, acompanhamento metodológico, cooperação entre as experiências, fortalecimento moral, etc. Salvo exceções, não há empreendimentos exitosos que estejam isolados, sem vínculos com ONGs, com o Poder Público ou com movimentos sociais. No caso de uma indução externa proeminente, requer-se sua compatibilidade com a cultura do ator popular,

cevada, por exemplo, no seio de uma ética humanista cristã ou por via da militância política.

Como elemento endógeno, talvez o exemplo mais claro no sul do Brasil seja o associativismo, cuja disseminação entre os pequenos agricultores encontra-se vinculada a questões de diferentes naturezas.¹² O empreendedorismo associativo se dá entre eles como extensão da prática que já lhes é familiar e como uma forma de saírem de uma atitude reativa, ou adaptativa, para um comportamento pró-ativo. Persistindo, essa cultura funciona também como um estímulo para a manutenção da comunidade no campo, em resposta à redução da força de trabalho, provocada pela diminuição das famílias, pelo avanço das grandes empresas e pelo êxodo rural.

De modo mais geral, as práticas de reciprocidade e ajuda mútua refletem a continuidade ou o revigoramento de uma matriz sociocultural anterior. Quando a cultura de reciprocidade, legada pela História, volta-se para as necessidades do empreendimento, favorece outro fator decisivo, relacionado à existência de um ambiente de trabalho gratificante, compensador do ponto de vista moral e estimulante dos laços de confiança. Um argumento convincente – trazido pela pesquisa de 2001 e não desmentido após - reside no fato de que, entre os empreendimentos nos quais o trabalho apresenta tais qualidades, verifica-se de modo quase absoluto a existência de práticas de cooperação no processo de trabalho, de práticas de reciprocidade e ajuda mútua e ainda de práticas de convivência ou mística grupal. Tais práticas formam um todo sinérgico, no qual a entreaajuda e o espírito fraterno, durante e após a atividade propriamente laboral, reforçam-se mutuamente. Essa matriz interna de entreaajuda assenta-se ainda em uma malha mais ampla, de natureza comunitária ou classista, ensejando compromissos extramuros. Ambas as situações atestam a presença de circuitos de interação fundados em relações não monetárias e não mercantis, mas com sentido social e econômico.

Por conseguinte, é preciso um conjunto de condições históricas, culturais, ideológicas, sociais, etc., para que a escolha solidária seja feita e mantida. A germinação dessas experiências é um processo longo, relativo à trajetória de grupos humanos, à formação de suas identidades, aos seus valores de referência e à sua predisposição a agir coletivamente.

3.2 Racionalidades em mutação

A racionalidade que preside o funcionamento dos empreendimentos associativos, ordenando seus fatores produtivos, materiais e humanos, difere da vigente nas empresas privadas com fins lucrativos, em decorrência das características estruturais peculiares que efetivamente assumem enquanto sociedades econômicas de pessoas, não de capital. Sumariamente, como se voltou a constatar em 2009, devido a:

- *Predominância de sócios trabalhadores*: proprietários e trabalhadores correspondem ao mesmo estamento social, o emprego sistemático de força de trabalho externa ao quadro social sendo restrita aos empreendimentos que alteram suas características básicas, convertendo-se em empresas convencionais em que trabalho e capital voltam a separar-se;

¹² Ver a respeito o artigo anterior, de Adriane Ferrarini e Marília Veronese.

- *Divisão técnica, mas não social do trabalho*: embora a rotatividade das tarefas no processo de trabalho e outras formas de mitigar a divisão técnica sejam escassas ou parciais, apenas no segmento de microempresas decorrem de uma clivagem estrutural entre capital e trabalho, que separa os trabalhadores dos detentores dos meios de produção. Nos demais casos, direção e execução, trabalho intelectual e manual, não se reportam a grupos sociais estanques ou a indivíduos não-intercambiáveis.¹³
- *Eqüidade no trabalho e na distribuição dos resultados*: os indicadores atinentes à gestão e à cooperação interna evidenciam estarmos em presença de organizações conduzidas por trabalhadores, com acentuada inclinação participativa e igualitarista.
- *Compromisso social*: os indicadores a respeito pontuam homogeneamente, de forma que a cooperação não está cingida ao mundo do trabalho e à vida interna dos empreendimentos. Com o passar dos anos, há uma tendência de refluxo quanto às frentes de atuação, mas não um desligamento total dos movimentos sociais e de questões de interesse coletivo mais amplo.

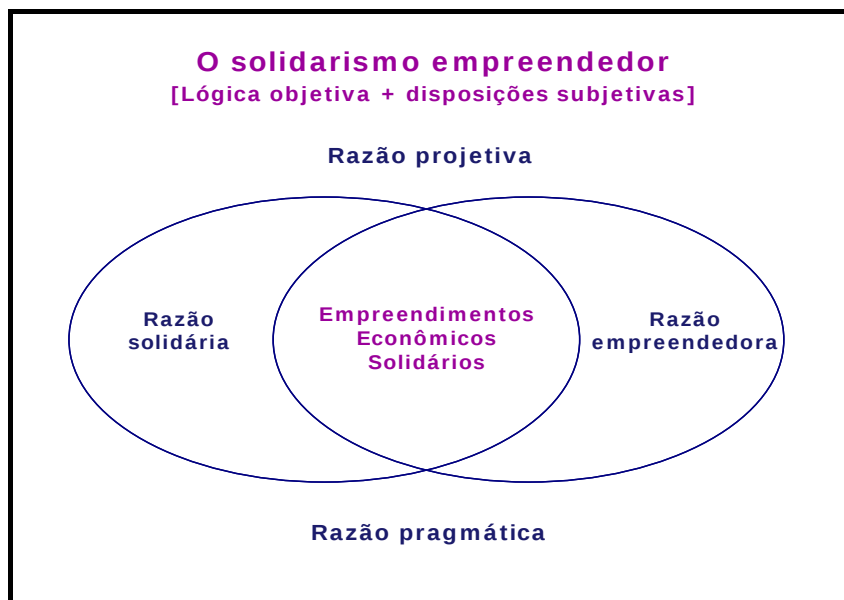
A hipótese de simbiose entre a face solidária e a face empreendedora dessas organizações, quando verificada junto aos 22 mil empreendimentos registrados pelo Mapeamento Nacional no Brasil, acusou um resultado variável, mas em geral positivo (Gaiger, 2007c). No tangente às pesquisas qualitativas aqui mencionadas, dirigidas a experiências selecionadas desde 1997, por se terem mantido ativas no transcorrer do tempo, sua avaliação tem mostrado que são mais comuns os casos em que ambos os vetores se desenvolvem conjuntamente, do que de disjunção. O desenvolvimento estritamente unilateral de um dos vetores, anulando o outro, não se constata, predominando uma tendência a sua compatibilização e reforço mútuo. A força dessas organizações reside, portanto, no fato de combinarem o espírito empreendedor - no sentido da busca planejada de resultados e da otimização dos fatores produtivos - e o espírito solidário, de sorte que a cooperação funcione como fator de racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente às demais alternativas de ocupação e renda ao alcance dos trabalhadores em questão.

Cotejando-se os dados de 2001 e 2009, percebe-se um equilíbrio gradativamente maior entre os dois vetores. Autogestão e Cooperação eram as dimensões mais pontuadas em 2001, o que concedia superioridade ao Vetor Solidário, ao passo que o desempenho de ambos os vetores praticamente se equivale em 2009. Os pontos altos relacionados à Autogestão e à Cooperação, como a similitude de aportes em capital e trabalho entre os sócios, selam as bases da igualdade objetiva no interior dos empreendimentos. Avanços em quesitos de Eficiência também se destacam em 2009, em contrapartida de certa perda do fervor militante e de menores investimentos com vistas à sobrevivência de longo prazo dos empreendimentos. O fato relaciona-se às etapas dos seus ciclos de vida, como veremos, mas também é sintomático de um segundo equacionamento, alcançado entre duas lógicas de ação (Figura 3): a *lógica instrumental*, que demanda realismo e pragmatismo e orienta-se pela viabilização de uma alternativa econômica; em contraponto, a *lógica expressiva e projetiva* dos

¹³ Conforme artigo precedente, de Adriane Ferrarini e Marília Veronese. A situação é outra quando o processo material de trabalho, complexo, exige competências específicas não transmissíveis pela prática ou cuja assimilação pelos demais se mostra contraproducente e contrária à racionalidade alcançada a muito custo pelo empreendimento. A discussão acerca da desejável socialização dos saberes, visando à superação da base técnica – e inextricavelmente social e ideológica - herdada do capitalismo, é valiosa. No que lhes diz respeito, os empreendimentos sob análise parecem ter evitado ou superado uma abordagem voluntarista da questão, que idealiza a multifuncionalidade e a polivalência dos trabalhadores e preconiza sistemas de rotatividade plena, sem atentar para os requisitos excepcionais, para não dizer inalcançáveis, de tal reconversão.

valores e princípios ideológicos, voltada a aspirações de mudança pessoal e social, demandando altruísmo, engajamento e, sobretudo, convicções quanto às possibilidades e à valia de tais transformações.

Figura 3
A racionalidade híbrida dos empreendimentos econômicos solidários



Fonte: elaboração própria

Contando em sua gênese com circunstâncias singulares, que os predispuseram a iniciar suas atividades, os empreendimentos logram funcionar segundo esta racionalidade híbrida ao preço de adaptações e mudanças progressivas. Em sua maior parte, o desafio crucial consistiu em saber explorar os recursos humanos, materiais e financeiros dos indivíduos e das unidades familiares, situados à base do empreendimento, de modo a rentabilizá-los sem descaracterizá-los ou desmobilizá-los inteiramente. Metaforicamente, equivale a realizarem uma *metamorfose* da matriz de entajuda e das práticas econômicas habituais para uma lógica ao mesmo tempo solidária e empreendedora.

O ponto de partida, muitas vezes, é a escolha de uma atividade que represente a extensão ou o aperfeiçoamento de um ofício já praticado por alguns dos sócios, como a costura, o preparo de alimentos e, mais recentemente, a agricultura ecológica. As casas de artesanato do Nordeste, as confecções de moda em favelas do Rio de Janeiro, as farinheiras do interior do centro e do norte do país e a revitalização do extrativismo na Amazônia são bons exemplos. Os casos estudados no Rio Grande do Sul atestam a importância do crédito fiduciário, do espaço físico, de instalações e meios de transporte, dos saberes profissionais e da mão-de-obra alocadas ao empreendimento pelas unidades familiares preexistentes, sem rompimento brusco dos laços e práticas anteriores. Entre os empreendimentos urbanos, um mister consiste em conciliar as necessidades do empreendimento com as conveniências pessoais e profissionais dos seus integrantes. Naqueles vinculados à agricultura familiar, a chave está em potencializar gradativamente a condição de pequenos proprietários dos seus integrantes, agregando novas frentes de atuação sem descaracterizar essa identidade e sem comprometer esse meio de vida original.

Inovações também se observam no sentido de reposicionar os empreendimentos no mercado. As estratégias variam via multiplicação e expansão dos produtos e

serviços, combinadas com a ampliação da clientela e o emprego de modalidades de comercialização adequadas a seus diversos segmentos. Adicionalmente, via especialização e inserção em espaços específicos do mercado, ainda parcialmente protegidos da concorrência ou relacionados a novas demandas e tendências, a exemplo da reciclagem e dos produtos orgânicos ou, mais amplamente, de argumentos competitivos hoje em clara ascensão, como ser “feito à mão”, “agroecológico”, “não poluente” e “da região”. Pode-se falar na constituição de um mercado solidário, articulado aos circuitos movimentalistas, no qual produtores e consumidores, pessoas e instituições, engajam-se na promoção de novos valores e hábitos e no clamor por instrumentos de proteção e estímulo a essas iniciativas, em vista de seus benefícios diretos e indiretos, de curto e de longo prazo.

Essas inovações requerem às vezes alguma reconversão produtiva dos empreendimentos, o que demanda conhecimento, estratégia e persistência, a exemplo da produção ecológica, de fármacos homeopáticos e do turismo rural. A tendência a diversificar linhas de produção importa em melhor utilização do potencial produtivo e da capacidade de trabalho do empreendimento, de sorte a garantir seu crescimento gradativo a partir de bases materiais geralmente modestas. *Trabalho laborioso* é a marca diferencial dos empreendimentos. Muitas vezes, sem jornadas incessantes não é possível atender compromissos, garantir autossuficiência financeira e assegurar investimentos, resultados que, nesse caso, incorporam-se futuramente ao patrimônio dos próprios trabalhadores.

Essas evoluções não são rápidas, muito menos repentinas. Envolvem consultas, discussões e experimentações, sendo aplicadas cautelosamente, com desvelo para que não fracassem e não se tornem prematuramente irreversíveis. Do contrário, causam turbulências e acarretam perdas e retrocessos. Adotar medidas não-consensuais, no sentido de aplacar divergências e conter conflitos, com frequência resulta na saída de associados, não sendo então uma solução reaplicável seguidas vezes. Estímulos à eficiência, mediante planejamento de metas e prêmios, facilmente induzem a uma ótica produtivista, de consequências danosas e contraditórias. Integrar cadeias produtivas proporciona dividendos, mas igualmente riscos de dependência, dada a assimetria entre os atores econômicos operantes nesses circuitos, de resto vulneráveis às pressões do capital.

3.3 Uma economia socialmente vinculante

A expectativa depositada nos empreendimentos decorre das percepções quanto às suas possibilidades atuais e futuras. Usualmente, eles atuam em setores econômicos ou em elos de cadeias produtivas de baixa agregação de valor, expostos à constante depressão dos preços, descontada pela concorrência no aviltamento das condições e da remuneração do trabalho. Não obstante o diferencial potencialmente representado pelo trabalho associado, tal realidade econômica impõe severos obstáculos ao crescimento dos empreendimentos, compelindo-os a resignarem-se com parcimoniosos níveis de renda e acumulação. Assim, não é incomum aos empreendimentos limitarem-se a uma função relativamente modesta, como atividade complementar ou como forma de potencializar a atividade principal de seus membros.

Em 2009, o nível médio estimado de geração de excedentes permanecia baixo, obrigando os empreendimentos a concentrarem seus investimentos em aspectos vitais à sua reprodução. As margens para a garantia de benefícios e direitos

sociais aos trabalhadores,¹⁴ a oferta de remunerações líquidas claramente superiores ao mercado, a realização de atividades supérfluas do ponto de vista estritamente econômico-financeiro, como as de cultura e lazer, bem como a ampliação do quadro social ou a formação de fundos de investimentos, seguiam estreitas.

Conforme a função esperada do empreendimento, esse quadro redundava ou em esforços redobrados de otimização dos fatores produtivos, ou em estratégias defensivas de retraimento econômico, relegando o empreendimento, desse ponto de vista, a um papel gradativamente secundário. Em outros casos, os requisitos e os desafios da autogestão pareciam incliná-los a recuarem ao estado de empresas semifamiliares, com isso restringindo suas possibilidades de expansão econômica e de inclusão social. Esse é o ônus das dialéticas antes apontadas.

Não se excluem preocupações constantes dessa ordem, sobretudo quanto às necessidades de capitalização ou à preservação dos postos de trabalho e do quadro social. Em geral, a prioridade é dada à consolidação interna dos empreendimentos, antes de multiplicar benefícios ou de estendê-los a novos associados. A partir desse limiar, o saldo global de quase duas décadas de atividade não é desprezível. As atividades produtivas via de regra são coletivas e autogestionadas, prevalecem práticas igualitárias essenciais e as condições de vida dos membros em geral experimentam melhorias, às vezes muito valorizadas. Ademais, por seus índices ocupacionais e seus quocientes distributivos, os empreendimentos solidários superam as pequenas e microempresas correlatas atuantes no mercado (Gaiger e Ogando, 2009). Seu lastro associativo e seu envolvimento social e político, mesmo entibiado posteriormente, agem como interdições positivas, que impedem a deriva de suas relações de trabalho na direção de formas dissimuladas e sistemáticas de exploração e preservam sua identidade solidária.

Empreender solidariamente não é simples, requer experiência. Contrastando esses altos e baixos, deduz-se que os empreendimentos têm sobrevivido ao longo do tempo com base na sua preservação econômica perante desafios de curto prazo, graças a esforços que se repetem sem os livrarem de tais contingências nem permitirem que vençam definitivamente tais dificuldades. Isso explicaria porque logram não sucumbir, sem apresentarem crescimento exponencial e sem perderem sua natureza coletiva e solidária. A Economia Solidária, nos casos em análise, assegura renda e vida digna, mas não um padrão de enriquecimento e de conforto que pudesse justificar, aos olhos dos trabalhadores, atribuir essa finalidade à labuta incansável que lhes é imposta, ao empreenderem coletivamente.

De mais a mais, essas iniciativas devem ser entendidas como arranjos associativos que articulam atividades e interesses econômicos, sociais e políticos. Além do retorno financeiro que proporcionam, é preciso ter em conta as funções que exercem junto às unidades domésticas dos seus membros. Se não se enquadram como agentes relevantes do ponto de vista da economia mercantil, revestem-se de importância social por articularem serviços para suas comunidades e colocarem em pauta valores democráticos na gestão do trabalho e na vida social.

Os dados demonstram que os empreendimentos acionam padrões de interação e de transação econômica de natureza plural (no sentido de Karl Polanyi), embora não se subtraíam ao domínio da economia mercantil. As experiências de

¹⁴ Exceto as microempresas formalizadas, os sócios-trabalhadores não dispõem dos direitos e garantias trabalhistas oferecidas aos detentores de vínculo empregatício regular, tais como descanso remunerado, repouso por razões de saúde, seguros e previdência. Valem-se da sua condição pessoal ou profissional (caso de aposentados, autônomos contribuintes, agricultores familiares, etc.) externa ao empreendimento, ou então este atende à legislação específica, a exemplo das cooperativas.

reciclagem são exemplares: têm sua criação ligada às políticas públicas de redistribuição; realizam constantemente trocas com o mercado, apesar de serem ainda vulneráveis em tais espaços; mantêm parcerias com pessoas físicas e com instituições; são marcadas por práticas de ajuda mútua e demandam relações de confiança, de importância vital. A presença de redes de interação múltiplas também pode ser notada nos empreendimentos rurais: estão inseridos em programas de governo; atuam no mercado, instaurando seus próprios espaços de comercialização; praticam a reciprocidade na utilização conjunta de equipamentos e na troca de experiências sobre a produção. Assim, a reprodução dos empreendimentos deve ser entendida a partir de uma lógica socioeconômica que incorpora sistemas mais amplos como

subsídios económicos generalizados (educación, capacitación, extensión de impuestos, sistemas de salud, etc.) a partir del principio de redistribución progresiva por parte de la economía pública, así como aportes de trabajo u otros recursos (trabajo voluntario, redes de ayuda mutua, uso de la vivienda para la producción, etc.) muchas veces basados en relaciones de reciprocidad y no computados como costos. (Coraggio, 2008: 51-52)

Além de contribuir com a sustentabilidade e o fortalecimento democrático, essa perspectiva coloca em questão o grau de importância da Economia Solidária como um fomentador da solidariedade social. A sua lógica socioeconômica não se cinge a motivações e a condutas utilitaristas, isto é, voltadas à satisfação do interesse próprio e pontual de cada parte que transaciona, segundo um regime de trocas baseado na lei da equivalência (entre os bens ou mercadorias) que evita a sua inserção em um sistema de obrigações duráveis. Ao contrário, ela se abre ao reconhecimento e ao cultivo de laços de interdependência, fundados no sentimento de partilha de valores e interesses comuns. Contrapondo-se à lógica instrumental do mercado – cuja “melhor definição sociológica” é o de constituir-se como “um laço social que visa escapar das obrigações normais inerentes aos laços sociais” (Godbout, 1998: 41), a racionalidade dos empreendimentos associativos conduz ao *vínculo social* (Gaiger, 2008). Nisto, a Economia Solidária manifesta, uma vez mais, uma recusa à racionalidade instrumental que caracteriza a sociedade moderna e à sociabilidade que lhe corresponde, fruto da autodeterminação da vida econômica e da autonomização *em negativo* dos indivíduos, engendrada pela dissolução dos seus vínculos.

3.4 Os ciclos de vida dos empreendimentos

“Por cierto seguiremos pobres, pero la pasamos bien”, dizia uma empreendedora peruana durante um dos Fóruns Sociais Mundiais. “Não voltaria à escravidão do meu emprego nem por muito mais que o dinheiro que estou deixando de ganhar em meu grupo de confecções”, asseverava uma delegada na Quarta Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. À medida que as iniciativas de Economia Solidária abrem mão do uso instrumental do ser humano e convertem a economia em um recurso coletivo posto a seu serviço, orientando-se pela “reprodução ampliada da vida” de seus protagonistas (Coraggio, 2007), não há porque imaginar que tais iniciativas devam eternizar-se ou estarem fadadas a algum tipo de desenvolvimento contínuo. Elas constituem um meio, nem exclusivo, nem insubstituível, de responder a necessidades e de satisfazer aspirações, cujo valor não se mede em termos cumulativos, mas seletivos.

Mudanças discretas, progressivas, acontecem. Voltando a cotejar os resultados das pesquisas, percebe-se que o maior desenvolvimento dos empreendimentos, entre 2001 e 2009, incidiu sobre a Eficiência, trazendo melhorias que refletem um aprimoramento geral da gestão econômica, no sentido de responder a exigências

de curto e médio prazo, em quesitos como provisão de fundos sociais, preservação da liquidez e preservação do quadro social. Até 2001, avanços nessa direção eram vitais, em razão das lacunas existentes. Ao mesmo tempo, observavam-se iniciativas mais nítidas com vistas à Sustentabilidade de longo prazo, que oito anos depois parcialmente esmoreceram. Sintomaticamente, alguns indicadores em queda referem-se aos processos de qualificação da força de trabalho e a ações educativas dos associados, questões relacionadas à maturidade dos empreendimentos, quando o seu quadro social se estabiliza, envelhecendo paulatinamente, e domina adequadamente o processo produtivo, ficando em contrapartida menos propenso à inovação.

O fato é mais nítido nos empreendimentos de pequenos produtores rurais, idealizados como suporte à produção primária, escoamento e comercialização, atuantes igualmente como força social e política no meio rural. Esses empreendimentos acompanham o ciclo da produção familiar, mantendo-se no ápice enquanto necessitam e logram dar conta das demandas para as quais foram criados. À medida que o tempo passa, o patrimônio familiar dos agricultores, conquistado em boa medida graças aos instrumentos associativos e cooperativos, permite que avancem devagar nos negócios, como uma sensação de missão cumprida. Diante de processos político-econômicos que se ampliam e se tornam altamente absorventes do cotidiano dos sócios, limites igualmente começam a aparecer. O equilíbrio passa a ser buscado por intermédio de medidas que pouco a pouco reduzem o campo de atuação e desmobilizam o empreendimento, sem evitar que entre em rota de declínio.

Assim, em 2009, as alternativas para ampliar e qualificar as atividades com vistas ao futuro apareciam em segundo plano: ou por não haver mais vontade de expansão - os sócios mais dispostos estando envolvidos em novos projetos - ou simplesmente por cautela - ao descrerem de fórmulas que, redobrando esforços, pudessem alavancar o empreendimento acima das contingências e das suas limitações estruturais. Em paralelo, uma segunda tendência, relacionada a objetivos pragmáticos (comercialização, utilização conjunta de instrumentos produtivos) ou programáticos (agricultura sustentável, representação institucional), conduzia à renovação da cultura associativa. Mesmo com o declínio dos antigos empreendimentos, não há sua dissolução total e, além disso, surgem outras iniciativas, em movimentos de gestação de novos grupos, que apostam no trabalho coletivo e em novas inovações. Fato próprio das experiências jovens, a viabilidade desses empreendimentos inicialmente é relativizada, pois seus sentidos, social e político, sobrepõem-se aos objetivos econômicos, reanimando o *ethos movimentalista* (Doimo, 1995) e as ações de articulação e mobilização.

Já os empreendimentos urbanos desconhecem tréguas. Todavia, como *agrupamentos de pessoas*, que comungam uma identidade coletiva ao mesmo tempo em que preservam aspirações individuais, não escapam aos efeitos do tempo. Em experiências mais antigas, certa rotina se institui, direcionando e poupando energias. Frente a um cotidiano de labor ininterrupto, o *elã* coletivo arrefece, as discussões se abreviam, a alternância nos cargos diretivos torna-se mais espaçada. Retraem-se também componentes de Cooperação, como práticas de convivência e mística grupal, ações em prol da comunidade e filiação a instituições representativas, aspectos que se mostram novamente em realce nas experiências mais jovens.

Esses fatos recordam o caráter efêmero atribuído pela literatura ao empreendedorismo, aludindo a momentos em que ele se apresentaria mais necessário e mais apaixonante. As melhoras econômicas alcançadas ao longo de vinte anos pelos agricultores, graças a seus esforços e a conquistas mais amplas dos trabalhadores rurais no plano social e previdenciário, em um contexto de novas necessidades e valores trazidos pela modernização do campo e da sociedade em geral, refletem-se em progressiva acomodação dentro de certos

patamares. O mesmo cenário se constata em outros segmentos, como as microempresas, que despenderam esforços contínuos até atingirem índices de retorno satisfatórios para garantir sua reprodução simples, e agora tendem à estabilidade.

Considerar igualmente as características dos empreendimentos que experimentaram maior oscilação positiva ou negativa entre 2001 e 2009 reforça a convicção de que eles não seguem uma curva continuamente ascendente. Direccionam-se conforme evoluem as condições de vida e as expectativas dos seus membros, sendo decisivo nessa ponderação o grau de impacto exercido pelo próprio empreendimento sobre as trajetórias individuais e os sucessivos contextos externos capazes de seguir impulsionando o ato associativo. Indissociáveis da identidade e das aspirações de seus integrantes, dos quais são instrumentos, as experiências econômicas solidárias cumprem funções, de *reprodução ampliada da vida*, cambiantes ao longo do tempo.

4. A luta persistente por outros sistemas de vida

Cada experiência, ao percorrer seu ciclo, alinha-se em um movimento de translação de um conjunto maior de iniciativas. É fato que os empreendimentos sob análise, sem o imaginarem, estiveram à base do último surto de solidarismo, cujas raízes mais longínquas datam de meados dos anos 1980. A irradiação crescente dessas práticas, no curso das décadas seguintes, explica-se pela conjunção de fatores relacionados às transformações mais gerais da sociedade e de circunstâncias que envolveram diretamente seus protagonistas e idealizadores. Tal somatório não produz efeitos instantâneos e não decorre apenas da minguia daquelas opções econômicas outrora utilizadas ou consideradas promissoras, mas igualmente da força decisiva de atração exercida pela alternativa solidária (Gaiger, 2004), a contar da abertura democrática, que abre espaço a novos atores, agendas e movimentos, até o papel demonstrativo das experiências pioneiras de empreendedorismo associativo.

Com certeza, os acontecimentos sinalizam movimentos nos bastidores, processos mais lentos e profundos em curso ou, ao contrário, seus bloqueios e reversões. Dimensionados em seus contextos, os fatos trazem à luz tais circunstâncias, ao mesmo tempo em que se explicam por esses planos temporais de média duração. Poderíamos então inquirir os vetores conjunturais propulsores da solidariedade econômica, mas igualmente indagar sobre o papel desta no interior de processos, como a redemocratização, que alterou gradativamente a fisionomia da sociedade. Especialmente após a transição democrática, ao longo dos anos 1990, as iniciativas identificadas com a Economia Solidária não estariam exercendo a função de produzir novos influxos ético-políticos, com forte poder agregador e mobilizador? Um *ethos movimentalista* (Doimo, 1995) não seria alimentado por sua capacidade de gerar confluências a partir da diversidade, de formar consensos em torno de novos itens da agenda pública, de atrair novas gerações de militantes, trabalhadores, agentes mediadores e simples cidadãos, tornando-a, por assim dizer, uma unanimidade e, por isso, uma nova esperança?¹⁵

Em momentos de euforia, entretanto, vale a advertência de Braudel quanto às armadilhas da curta duração:

Desconfiemos desta história ainda em brasa, tal como as pessoas da época a sentiram e a viveram no ritmo das suas vidas, breves como as nossas. Esta

¹⁵ Esse é o tema do texto “A presença política da economia solidária”, a ser publicado no livro *Economia solidária e novas configurações do trabalho*, organizado por Márcia de Paula Leite e Isabel Georges (São Paulo: Annablume).

história tem a dimensão tanto das suas cóleras como dos seus sonhos e das suas ilusões. (In Rocha, 1995: 242).

Convém dilatar o tempo, ao invés de contraí-lo. É manifesto que as ondas de expansão do solidarismo desde o séc. XIX, em ciclos médios e longos, relacionam-se ao andar da economia e ao movimento pendular entre o mercado e o Estado. A ausência do Estado nos primórdios do capitalismo e suas crises posteriores incrementaram o desamparo dos trabalhadores e, por conseguinte, sua necessidade de forjarem instrumentos de sobrevivência, por meio de novas fórmulas ou recorrendo a sistemas de vida anteriores, a seu alcance e de sua predileção.

Assim, desde que o capitalismo vem classificando os indivíduos segundo os trunfos de que dispõem, nos termos do marco divisório estabelecido entre suas cotas de capital e sua capacidade produtiva, os trabalhadores têm lançado mão – em termos esquemáticos - das seguintes estratégias: a) trilhar o caminho de sucesso proposto pelo próprio capitalismo, acumulando bens e riquezas minimamente para converterem-se em empregadores de força de trabalho e *escaparem* de sua posição original de classe; b) negociar as condições de venda de sua força de trabalho às empresas capitalistas, buscando *melhorar* sua posição de sua classe por via de pressões coletivas, donde se originaram as lutas operárias e sindicais e a formação das identidades classistas; c) manter ou criar sua fonte de trabalho e seu sistema de vida, visando *preservar* sua autonomia de classe. As iniciativas coletivas com esse sentido estão à raiz das principais formas de solidariedade econômica, como o associativismo e o cooperativismo.

Essas estratégias não receberam a mesma importância e o mesmo tratamento. Nas próprias hostes de esquerda, facções dominantes a um dado momento alimentaram o menosprezo pelas experiências econômicas coletivas e provocaram o refluxo das correntes autonomistas, libertárias e cooperativistas. Com o afastamento gradual do sindicalismo, essa arena de lutas ficou relegada a um papel subsidiário, cabendo ao mercado ocupar-se da economia, ao Estado responder às demandas sociais e aos sistemas de proteção autóctone, no âmbito doméstico, garantir o atendimento das necessidades vitais. Durante muito tempo, apenas o front da luta de classes foi considerado portador de sentidos emancipatórios. Não obstante, as demais formas de resistência e contestação mantiveram-se vivas e, malgrado as diferenças, de algum modo, convergentes. Como resume Hespanha, ao longo do tempo “as trajetórias típicas dos agentes da economia popular (...) não prejudicam e deixam entender até uma estratégia comum para escapar a uma integração adversa na esfera capitalista do mercado.” (2009: 62).

Hoje, observa-se o ressurgimento da terceira estratégia que, em verdade, tem sido acionada pelos trabalhadores desde os primórdios de sua luta contra a submissão ao capital e que jamais arrefeceu de todo, mesmo havendo conhecido duras derrotas e desvirtuamentos, além de períodos de perda de força e de quase hibernação. Resiliente, ela consiste em preservar formas de vida não-capitalistas, livres da síndrome da acumulação e da concorrência, sustentadas em uma “sociabilidade de raiz local, reforçada pelo interconhecimento, pela transparência de papéis e pela confiança, e [que] se expressam em ações colectivas de carácter popular.” (Hespanha, 2009: 52). Por certo, a menos que se entenda o esvaziamento dos vínculos sociais como uma premissa inexorável da evolução humana, não há razões para identificar em tais iniciativas, sem maiores considerações, tendências de retrocesso a formas arcaicas de produção econômica e de vida coletiva.

As ondas de solidariedade refletem os pontos altos da curva de mobilização dos trabalhadores. Mas não explicam adequadamente a mobilização em si, isto é, as necessidades e os objetivos que a motivam, nem os significados que o seu

atendimento por via da solidariedade veio a ter, para os seus protagonistas diretos e para a sociedade. Ademais, mesmo em fases de refluxo a curva não estacionou no nível zero de mobilização. O recurso à reciprocidade e à participação social, embora intermitente e oscilante, reflete um ato de vontade e demonstra a persistência das relações sociais constituídas em tais bases, o fato de não terem sido de todo aniquiladas.

Decerto as organizações integralmente forjadas nesses princípios disseminaram-se apenas em alguns momentos, seguindo ciclos de expansão e retração em temporalidades de segundo nível. Não seria condizente com os fatos ordená-las em um *continuum* de *tentativas* guiadas por uma consciência crítica anticapitalista e por um projeto revolucionário. Todavia, o significado histórico desses ciclos os transcende, pois, ao mesmo tempo em que garantiram a preservação de outras modalidades de economia, exprimiram uma recusa constante às perspectivas civilizatórias oferecidas pelo capitalismo, insistindo em sua humanização.

Em sua temporalidade secular, a predominância da racionalidade capitalista levou ao recuo, ao ocultamento e ao esquecimento de outras formas de vida econômica, que persistiram ou emergiram sob sua égide, acantonadas, refugiadas, subordinadas ou insurgentes, de maneira, portanto, geralmente discreta e quase imperceptível, salvo em seus momentos de expansão e reafirmação, como o que estamos presenciando atualmente. Essas outras formas, igualmente seculares, têm contribuído decisivamente para a resistência e à sobrevivência da humanidade diante dos efeitos deletérios do nosso desenvolvimento, muito embora tenham sofrido involuções ao longo do tempo, havendo sido muitas vezes relegadas ao abandono, inclusive por seus protagonistas e patrocinadores originais.

Se não correspondem com igual eficiência às metas propostas nos termos da lógica intrínseca ao capitalismo, essas racionalidades têm respondido, em suma, a uma exigência antropológica fundamental: criar ou preservar vínculos sociais. Sem tais laços – sem chances de conceber e vivenciar sua condição de interdependência – o ser humano fica desprovido de pertença à coletividade, de afeto, de fontes morais de referência, de identidade, atomizado e no anonimato. A compatibilidade de tais racionalidades com a preservação ou a renovação dos vínculos sociais faz com que sejam propulsoras de distintas formas de solidariedade (Laville, 2008). Essas formas alternam-se, modificam-se, sem jamais saírem completamente de cena. Sua evolução, no presente e no futuro, pode contribuir para a superação dos problemas de civilização que já se avizinham globalmente insolúveis nos dias atuais.

Não que a Economia Solidária sirva de argumento a quem propugna o advento de uma ordem anticapitalista, superior na escala da civilização, como uma inevitabilidade histórica. Essa expectativa finda impondo à Economia Solidária compromissos que ela não tem condições de cumprir e impede que se veja o essencial: a contínua e árdua luta dos pobres por segurança, liberdade e dignidade, na qual apostam o seu quinhão de experiências e buscam sistemas de vida inconciliáveis com a primazia do interesse próprio e a instrumentalização desumanizadora dos sujeitos do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. 1965. História e ciências sociais; a longa duração. *Revista de História*, 30(62): 261-294.

_____, F. 1995. *Civilização material, economia e capitalismo - séculos XV-XVIII*. 3 v. São Paulo, Martins Fontes, 1687 p.

CORAGGIO, J. (org.) 2007. *La economía social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires, Altamira, 413 p.

_____, J. 2008. La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria. *Otra Economía* 3(2): 41-57.

DOIMO, A. 1995. *A vez e a voz do popular*; movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 353 p.

GAIGER, L. 1994. *Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no RS*, São Leopoldo, Unisinos (Cadernos CEDOPE 10 - Série Movimentos Sociais e Cultura), 91p.

_____, L. (org.) 1996. *Formas de resistência e de combate à pobreza*. São Leopoldo, Unisinos, 158 p.

_____, L. 2001. Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 7(13): 191-211.

_____, L. (org.) 2004. *Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, UFRGS, 417p.

_____, L. 2006. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*, 21(2): 513-44.

_____, L. 2007a. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In: J. CORAGGIO (org.), *La Economía social desde la periferia; contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires, Altamira, p. 79-109

_____, L. 2007b. Nouvelles formes de production non capitalistes au Brésil. *Revue Tiers Monde*, 190: 309-324.

_____, L. 2007c. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do Primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79: 57-77.

_____, L. 2008. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Katálisis*, (11)1: 11-19.

_____, L. 2009a. Empreendimento econômico solidário. In: A. CATTANI et al. (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina: 181-187.

_____, L. 2009b. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. *Caderno CRH*, 22(57): 583-600.

_____, L. et al. 1999. *A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas*, São Leopoldo, Unisinos (Cadernos CEDOPE 15 - Série Movimentos Sociais e Cultura), 80 p.

_____, L.; ASSEBURG, B. 2007. A economia solidária diante das desigualdades. *Dados*, 50: 499-533

_____, L.; OGANDO, C. 2009. *A economia solidária e as desigualdades*. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro.

_____, L.; CORREA, A. 2010. O microempreendedorismo em questão; elementos para um modelo alternativo. *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, 9(17): 205-230.

GODBOUT, J. 1998. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38): 39-51.

GÓMEZ DE SOUZA, L. 2000. Para se discutir uma economia dos setores populares: perguntas que ficam. In: G. KRAYCHETE et al., (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, Vozes, p. 225- 243.

GOENDER, J. 1999. *Marxismo sem utopia*. São Paulo, Ática, 288 p.

HESPLANHA, P. 2009. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84: 49-63.

KRAYCHETE, G. et al., (orgs.) 2000. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, Vozes, 246 p.

LAVILLE, J.-L. 2008. Do século 10 ao século 21: permanências e transformações da solidariedade na economia. *Katálysis*, (11)1: 20-42.

LIMA, L. 2005. História, meio ambiente e cultura: a contribuição teórica de Fernand Braudel. *Em Debate*, 2. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_emdebate.

ROCHA, A. 1995. F. Braudel: tempo histórico e civilização. *Anais do Museu Paulista*, 3: 239-249.

SANTOS, M. 2008. *A natureza do espaço*; técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo, EDUSP, Polígono, 384 p.